

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 520/2013	2
Memo Sup. Adm. nº 66/2013	2
Superintendência Administrativa - Comunicados	2
Concurso Público nº 001/2009 - Anexo II do Edital de Convocação nº 001/2013 - Republicação	2
Concurso Público nº 001/2009 - Comunicado da Perícia Médica	3
Extrato de Contrato - Processo nº 0.072/ALE/12	3
Atos Legislativos	
Proposta de Moção de Aplausos nº 021/2013	3
Proposta de Moção de Aplausos nº 022/2013	3
Requerimento de Informação nº 05/2013	3
Ata da 2235ª Sessão Ordinária - Sucinta	3
Ata da 2224ª Sessão Ordinária - Íntegra	4
Ata de Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final	13

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

EXPEDIENTE

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: COMUNICADO

MEMO Sup. Adm. Nº 66/2013

Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2013.

Superintendência Administrativa

Em face de comunicado via telefone com a Dra. Verona Sampaio Rocha Lima, Presidente da CPL/ALE, a qual se encontra com problemas de saúde, solicito informar aos interessados novo agendamento ora previsto para esta data, o que solicito remarcação para próxima semana a partir do dia 16/09/2013.

Atenciosamente,

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

COMUNICADO

Comunicamos aos interessados que em face de problemas médicos ocorrido com membros da CPL/ALE, fica transferido para o dia 16/09/2013 no mesmo horário, os agendamentos marcados para esta data (10/09/2013).

Boa Vista-RR, em 10 de setembro de 2013.

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

COMUNICADO

Em virtude das últimas chuvas que caíram sobre nossa cidade, esta Superintendência Administrativa suspende todos os trabalhos desenvolvidos no prédio da ESCOLEGIS/SÃO FRANCISCO, uma vez que foram danificados os sistemas de comunicação de dados, telefonia e rede elétrica, o que requer manutenção em caráter prioritário, já contratados com previsão para conclusão dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Boa Vista-RR, em 05 de dezembro de 2011

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

DA PRESIDÊNCIA: CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2013

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2009

REPUBLICAÇÃO - ANEXO II

DOCUMENTOS PESSOAIS (cópias autenticadas)

1-Documento oficial de identidade (expedido pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, polícias Militares, Ordens ou Conselhos Federais, válidos como identidade civil nacional);

2-Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3-Título Eleitoral e Certidão de Quitação Eleitoral

4-Certificado de Reservista ou de dispensa de Incorporação (apenas para os candidatos do sexo masculino)

5-Certidão de Nascimento e/ou Casamento (se houver)

6-Certidão de Nascimento dos filhos (se houver)

7-Certidão Negativa da Dívida ativa com a fazenda (Receita Federal, SEFAZ e Secretaria Municipal de Finanças)

8-Certidão Negativa de Débito Trabalhista (Ministério do Trabalho)

9-Certidão Negativa do Tribunal de Contas

10-PIS/PASEP

11-Certificado e Histórico Escolar, devidamente registrado correspondente ao nível de escolaridade exigida para o cargo, fornecido por Instituição de Ensino credenciada pelo Ministério da Educação MEC (Nível Médio)

12-Certificado e Histórico Escolar, devidamente registrado correspondente ao nível de escolaridade exigida para o cargo, fornecido por Instituição de Ensino credenciada pelo Ministério da Educação e MEC (Nível Superior)

13-Comprovante de Residência atualizado

14-Uma foto 3x4 (recente), e

15-Comprovante de conta corrente de uma das instituições financeira: Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco SANTANDER ou Caixa Econômica Federal.

16-Declaração de Bens e Renda

CERTIDÕES NEGATIVAS DE ANTECEDENTES CIVEIS E CRIMINAIS (atualizados e originais)

1 – Justiça Federal (site www.jfrr.jus.br);

2 – Polícia Técnica, e

3 – Fórum da localidade onde reside (site www.tjrr.jus.br)

EXAMES MÉDICOS (atualizados e originais):

1 – B.A.A.R

2 – E.A.S

3 – Glicose

4 – Hemograma Completo

5 – Parasitológico de Fezes

6 – Eletrocefalograma

7- Avaliação cardiológica e ECG

8- Avaliação oftalmológica

9- Avaliação psicológica

10- RAI0-X DO TÓRAX

Obs: O Concursado deverá apresentar-se na Junta Médica da SEGAD/RR, (dia e hora a ser divulgado por este Poder) para Perícia Médica.

Palácio Antonio Martins, 10 de setembro de 2013

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

COMUNICADO

O Concursado deverá apresentar-se na Junta Médica da SEGAD/RR, nos dias 23, 24 e 25 de setembro/2013 para Perícia Médica, no horário normal de expediente, observando a inclusão do Raio-X do tórax na lista de exames médicos exigidos.

Palácio Antonio Martins, 10 de setembro de 2013

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

DA PRESIDÊNCIA: EXTRATOS DE CONTRATOS**EXTRATO DE CONTRATO**

PROCESSO N.º: **0.072/ALE/12**

MODALIDADE – **CONCORRÊNCIA SRP N.º 004/ALE/2013**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE RECARGA/MANUFATURA DE CARTUCHOS E TONERS PARA IMPRESSORAS PARA ATENDER A DEMANDA DA ALE / RR.**

CONTRATANTE: **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**

CNPJ: **34.808.220/0001-68**

CONTRATADA: **L. M. S. PERIM – ME**

CNPJ: **01.794.990/0001-40**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **01001.01031012.011/339039-101**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: **Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Decreto-E n.º 6.386/2005**

DATA DA ASSINATURA: **01/08/2013**

VIGÊNCIA: **01/08/2013 à 31/07/2014**

VALOR: **RS: 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**

PELA CONTRATANTE: **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
PELA CONTRATADA: **LARISYNI MANOEL SANTOS PERIM**

Boa Vista-RR, 10 de setembro de 2013

Aias Viana Bento
Superintendente Administrativo

ATOS LEGISLATIVOS**PROPOSTA DE MOÇÕES****PROPOSTA DE MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 021/13.**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

MOÇÃO DE APLAUSOS a todos os Médicos Veterinários pela passagem de sua data comemorativa, dia 09 de setembro. Essa data foi escolhida porque em 1933 o então Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto n.º 23.133 e normatizou a atuação do Médico Veterinário e o ensino dessa profissão.

Por volta do ano de 1500, Leonardo da Vinci escreveu: “Chegará o dia no qual os homens conhecerão o íntimo dos animais, e, nesse dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a humanidade”.

Ainda não conseguimos chegar à plenitude de Da Vinci, mas, com a ajuda de profissionais da área de veterinária, poderemos conscientizar os homens a respeitarem os animais e consequentemente os homens.

Palácio Antônio Augusto Martins, 10 de setembro de 2013.
Deputado **JALSER RENIER**

PROPOSTA DE MOÇÃO DE APLAUSOS N.º 022/13.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, nos termos do art. 205 do seu Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública a seguinte:

MOÇÃO DE APLAUSOS a todos os Administradores pela passagem de sua data comemorativa, dia 09 de setembro, Parabênz a todos os Administradores pelo seu dia e que cada vez mais a profissão seja valorizada, tanto no setor público como no privado, ainda com muitos desafios a superar, mas cada vez mais indispensável para o desenvolvimento do País.

Palácio Antônio Augusto Martins, 10 de setembro de 2013.
Deputado **JALSER RENIER**

REQUERIMENTOS**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º 05, DE 2013.**

Com o objetivo do exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo, nos termos do inciso XXIX, do art. 33 da Constituição do Estado, *c/c* o *caput* do art. 84, o *caput* do art. 86 e seu respectivo inciso III, além do art. 196, tudo do Regimento Interno, aplicando-se o regime de prioridade previsto no inciso II, do art. 250 de mesma norma regimental, e,

CONSIDERANDO os incisos I e II do art. 1.º *c/c* o inciso II, do art. 9, tudo da Lei n.º 12.527/2011, a democratizadora Lei de Acesso à Informação

REQUEREMOS que seja oficiado o Excelentíssimo Senhor HERBSON JAIRO RIBEIRO BANTIM, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) – para que preste, por escrito, as seguintes informações públicas referente aos anos de 2012 a 2013:

1. Qual a quantidade de sementes, adubos e calcário adquiridos, bem como a discriminação geral do valor pago por cada uma das três categorias de insumo, com a finalidade de subsidiar/fomentar a agricultura no Estado de Roraima?

2. Qual a data da aquisição de cada um dos tipos dos insumos; o detalhamento e classificação da espécie/tipo do mesmo; a discriminação do nome do fornecedor do insumo com o referido Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e o custo da aquisição por tonelada; a discriminação do nome do responsável pelo transporte do insumo com o referido cadastro de pessoa na Receita Federal, o tipo do transporte empregado e o custo por execução do serviço?

3. Identificação dos beneficiários das distribuições de sementes, adubos e calcário, ou seja, seus nomes, Cadastro de Pessoa Física ou Jurídica, municípios onde localizam-se suas propriedades, município onde residem e moram, e, data do recebimento de cada insumo.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se o presente requerimento na prerrogativa do Poder Legislativo de fiscalizar os atos da Administração Pública, quanto aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, finalidade, motivação e atendimento ao interesse público.

É garantido pela Constituição Cidadã o direito de propriedade, a propriedade atenderá a sua função social, e, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto há percebe-se é competência comum da União e do Governo do Estado de Roraima, com fulcro no inciso VIII, do art. 23 da CF/1988, fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

Nesse esteio o Poder Legislativo tem o dever de fiscalizar todo o processo da execução de fomento e incentivo do governo, desde que seja para garantir os já sedimentados princípios ruralistas.

A finalidade deste requerimento é: acompanhar o progresso socioeconômico do rurícola; fiscalizar a implantação da justiça distributiva e a eliminação das injustiças sociais no campo, e; combater a prática de mercenarismo da terra.

A autoridade requerida tem a obrigação de prestar as referidas informações pela via aqui pretendida (por escrito), pois do contrário incorrerá nas condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar previstas nos incisos I e V, do art. 65 da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).

Dessa forma, requeremos integralmente as referidas informações, bem como a necessária aprovação em Plenário deste *petitio*, pois assim serão atendidos os fins de interesses gerais e coletivos.

Sala das Sessões, 03 de setembro de 2013.

SOLDADO SAMPAIO

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia quatro de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício,

Deputado Chicão da Silveira, declarou aberta a Sessão, convidando os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Brito Bezerra para atuarem como Primeiro e Segundo Secretários Ad hoc, respectivamente. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Brito Bezerra, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Gabriel Picanço, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDO DOS DEPUTADOS: Indicação s/n/13, de 03/09/13, do Deputado Brito Bezerra, para criação de lei concedendo crédito presumido do ICMS aos estabelecimentos comerciais e de serviços que instalarem sistema de vigilância e monitoramento no interior e exterior de suas dependências, sendo o crédito do ICMS no valor total dos equipamentos e da instalação, mediante apresentação de nota fiscal de serviços junto à Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, para o futuro encontro de contas até a quitação total do investimento, em prol dos comerciantes e da sociedade. RECEBIDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA: Ofício nº 104/13, do Tribunal de Justiça de Roraima, encaminhando cópia do relatório de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Estado de Roraima, e, em mídia, o relatório da mesma situação em todo o Brasil, para conhecimento. EXTERNOS: Ofício nº 182/13, da Câmara Municipal de Caracará, agradecendo a presença dos advogados do Poder Legislativo Dr. Alex Reis Coelho e Drª Liliane Briglia Piaia, designados para assessorar a Câmara de Caracará. GRANDE EXPEDIENTE: o Senhor Deputado Brito Bezerra iniciou parabenizando a força, o foco e a fé de todos os produtores que estão no Plenário pleiteando o direito legítimo de produzir e sustentar suas famílias. Prosseguindo, solicitou da imprensa nacional maior ênfase na cobertura sobre a questão, ressaltando que os produtores estão há mais de quinze dias ocupando as galerias do Poder Legislativo. Em seguida, informou que um grupo de empresários, políticos e produtores está se mobilizando pela liberação da BR-174, no trecho da Reserva Waimiri/Atroari, segundo o Senhor Parlamentar, o fechamento da BR além de ferir o artigo 5º da Constituição Federal, que assegura o direito de ir e vir a todos os brasileiros dentro do perímetro nacional, causa prejuízos financeiros ao Estado, uma vez que o transporte de mercadorias e produção fica interrompido durante a noite. Continuando, destacou que, pelo fato de não haver nenhuma lei na Constituição Federal que regulamente o fechamento da BR, irá convocar, para o próximo dia 07, toda a sociedade roraimense para juntos se deslocarem até a barreira do Jundiá com a reserva, a fim de retirarem o bloqueio que perdura por 37 anos. Finalizou, informando que deu entrada na Casa a uma Moção de Apoio aos manifestantes que estão engajados na luta do Movimento Roraima Livre, Roraima sem Correntes, solicitando apoio aos demais parlamentares para a aprovação da matéria. Dando continuidade, o Senhor Presidente informou aos Senhores Deputados que a Sessão Ordinária do próximo dia 05 será transferida para o dia 10 devido à realização de Audiência Pública da CPI da Telefonia para ouvir autoridades federais, estaduais, municipais e entidades ligadas ao setor, bem como a comunidade em geral. Finalizando, o Senhor Presidente levantou e encerrou a Sessão em face de manifestações de pessoas ocupantes das galerias que impossibilitaram a continuidade dos trabalhos. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael e Naldo da Loteria.**

Aprovada em: 10/09/13

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2224ª SESSÃO EM 07 DE AGOSTO DE 2013.

46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA
ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.
(em exercício)

Às nove horas do dia oito de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Havendo

quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneceram como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO.

Ofício nº 065013, de 05/08/13, restituindo a Mensagem Governamental nº 037/2013, para apreciação do nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

Mensagem Governamental nº 037/13, de 08/07/13, submetendo à apreciação o nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

Mensagem Governamental nº 042/13, de 05/08/13, submetendo à apreciação o nome do senhor Rodolfo Pereira, indicado para exercer o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima-FEMARH/RR.

Mensagem Governamental nº 041/13, de 05/08/13, submetendo à apreciação o nome da senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, indicada para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR.

EXTERNOS:

Ofício Circular nº 003/13, informando que o Senhor Waney Raimundo Vieira Filho, através do Decreto nº1601-P, de 31/07/13, foi Nomeado Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania no Estado de Roraima – SEJUC/RR.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, era o que constava do expediente.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) – procede à chamada.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários, a imprensa aqui presente. Ocupo a Tribuna para comentar especificamente sobre a Policia Civil, mas como meu nome consta na matéria da Folha de Boa Vista, até porque a Assembleia Legislativa está perdendo o sentido de existir, ela está deixando de existir. Se eu hoje pegar uma pessoa, todo Deputado aqui tem isso, e trouxe à Assembleia e disser faça um ofício para o Presidente da Assembleia que Deputado A, B, eu não quero nessa comissão. Meu irmão, aí, o Poder Legislativo tinha que fechar as portas, porque não precisava existir. Eu acredito em Vossa Excelência, na sua gestão, sou seu companheiro, seu amigo, mas os fatos foram distorcidos. Eu não pedi para estar nessa comissão, foi Vossa Excelência quem me colocou e hoje, para minha surpresa, eu recebo um telefonema de Brasília do Deputado Luciano chateado com essa matéria, dizendo: “Deputado Xingu, eu e Romero Jucá trabalhamos mais de 5 anos para incluir no quadro da União os funcionários do ex-Território e agora tem uma matéria dizendo que Senador A e Deputado A dizendo que vão resolver”. Eu acho que isso já foi longe demais, eu vou convocar uma reunião com o Romero em Roraima com todos os servidores do ex-Território e vou levar gravado que essa matéria ainda não foi aprovada na Câmara dos Deputados porque o PT é contra. Essa é a realidade dos fatos, o PT se posicionou contra a PEC 111 que beneficia mais de 5 mil pais de famílias que irão para o quadro da União. Quando não acham nada para falar do Deputado Xingu, eles têm que achar alguma coisa, ou eu estou grande demais na política ou eu não sei o que está acontecendo. Acho que estou grande demais porque estão falando muito de mim, na política não se fala de alguém que não tenha importância. Eu não acredito que nenhum dos 24 Deputados que compõem este Poder pode ficar contra uma coisa tão maravilhosa

como a PEC 111. Não acredito que alguém neste Estado possa ser contra uma PEC que irá beneficiar as famílias deste Estado. Eu não sou diferente, pelo contrário, quero ajudar, sei das minhas limitações. Deputado Estadual nesse processo nem atrapalha e nem ajuda, isso é uma loucura, as pessoas perderam o sentido da vida de fazer política.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsner Renier – Eu acho que não existe dentro desta Casa nenhum Deputado menor ou maior do que o outro, porque todos que estão aqui foram escolhidos pela vontade popular. Um segmento de uma sociedade que tem uma opinião formada por um ou outro parlamentar, nenhum cidadão pode tolher o direito do Parlamentar em exercer o seu papel, Vossa Excelência tem legitimidade para participar dessa comissão, foi escolhido pelo Presidente desta Casa, foi autorizado pelo Poder Legislativo, eu repudio qualquer que seja atitude de qualquer segmento de combater aquele ou aquela Deputada por uma iniciativa pessoal de tolher o direito de participar de uma comissão. Vossa Excelência tem minha solidariedade porque a Assembleia Legislativa é um Poder democrático, Vossa Excelência exerce sua função com dever e se o trabalho de Vossa Excelência está certo ou não quem vai dizer é povo nas eleições do ano que vem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Ao entrar na Casa fui surpreendido por Vossa Excelência dizendo “por que fizeram isso comigo? Tomei conhecimento agora por Vossa Excelência, não pedi em nenhum momento para o presidente ou qualquer membro da Mesa desta ou de qualquer outra comissão. Eu respeito as decisões das comissões, quando a presidência indica através da liderança, é o líder do nosso partido quem indica quem vai fazer parte de alguma comissão. O fato, como Vossa Excelência disse, que alguém teria dito que alguém queria, eu porque o meu filho é Deputado ou queria o Flamarion porque a Ângela é Senadora. Independente de eu estar ou não nessa comissão, o Deputado Federal Jhonatan de Jesus já votou favorável à PEC 111, se empenhou nela e está trabalhando para aprovação. Não é o fato de eu estar na comissão que vai fazer que ele se empenhe mais, ou não. A competência e a determinação dele para votar é pelo trabalho e compromisso que ele tem com o povo de Roraima. Ele sabe que esta PEC, sendo aprovada, trará enormes benefícios ao Estado de Roraima e, em especial, às pessoas que serão enquadradas, da mesma forma o Deputado Flamarion. A Senadora Ângela, embora o Deputado Luciano tenha dito à Vossa Excelência que o PT votou contra, ele quer nesse caso incitar para dizer que o PT e a senadora Ângela são contra. A Senadora Ângela é favorável à emenda, independente da vontade do PT. O fato do líder do PT ter votado contra não significa que a Senadora seja, também, se é essa a intenção do Deputado Luciano, aliás, ele quer ser o pai de todas as matérias, tudo que se passa no Estado de Roraima, ele quer ser o dono exclusivo, quando na realidade ele não é, não é ele o único Deputado Federal de Roraima, todos os outros Deputados Federais de Roraima votaram favoráveis e todos se empenharam. Ele não é o dono da PEC, não é nem o autor da PEC, mas também agradecemos a ele pelo fato de estar lutando, que é a obrigação dele e de todos os demais Deputados Federais de Roraima. Quanto ao nome de Vossa Excelência na Comissão, disse muito bem o Deputado Jalsner. Vossa Excelência foi designado pelo Presidente da Casa, não cabe a ninguém discutir, cabe ao Presidente e a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua – Concorde que o Deputado Jhonatan de Jesus votou, mas temos que reconhecer a luta do Deputado Luciano e do Senador Romero Jucá exclusivamente nessa matéria, é preciso reconhecer que, quando se trata de Brasília, existe dois parlamentares aqui no Estado, e isso quem diz são os fatos, não são os jornais, o Senador Romero e o Deputado Luciano são homens de envergadura muito forte em Brasília, jamais a PEC 111 seria aprovada sem a intervenção dos dois.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Em primeiro lugar, meu caro colega, gostaria de me solidarizar com Vossa Excelência em relação à sua participação na comissão. A Mesa Diretora tem tido um certo cuidado e com certeza não vai haver retrocesso nenhum, porque alguém pediu ou deixou de pedir a saída de qualquer Parlamentar, e até eu tenho certeza que Vossa Excelência tem compromissos com todos os segmentos da sociedade. Eu queria relatar um fato. Na semana passada em conversa com a senadora Ângela, que manifestou-se muito chateada, constrangida porque ela, apesar de fazer parte do PT, que é o partido que está no Poder, encontra resistências internas. Isso, infelizmente, é uma decisão do colegiado. Mas, eu tenho certeza que todos os parlamentares do Estado, sem exceção, são favoráveis à PEC. O que, às vezes, a gente estranha é

porque tenta-se dar uma conotação, estou fazendo isso e você não está fazendo; o Senador está lutando pela PEC assim como se você for pegar a assinatura do Senador Mozarildo, com certeza ele será favorável à PEC. Não creio que algum Parlamentar esteja contrário à PEC, mas tenta-se nas entrelinhas dos discursos de alguns, impingir que a Senadora Ângela é do PT e ela não quer a aprovação da PEC 111, seria até tolice se ela pensasse dessa maneira, pelo contrário, ela disse que está trabalhando em nível de ministério, como também deve estar o Senador Romero Jucá, o Deputado Luciano. Essa comissão foi criada, nós não temos poder nenhum, a não ser ir lá pedir a todos os Deputados de todos os Estados para que sejam favoráveis. E até está sendo cometida uma injustiça com o Estado de Roraima e com o Estado do Amapá. Essa PEC é de autoria de uma Deputada do Estado do Amapá, que vem tramitando há muito tempo e já deveria ter sido resolvido pelo Governo Federal. A resistência por parte do Ministério do Planejamento, porque diz que vai aumentar a folha de pagamento, mas é um direito do Estado, e eu tenho certeza que todos são favoráveis a essa PEC.

Aparte concedido ao Senhor Presidente Chico Guerra – Ontem, fui procurado pelo Deputado Ivo Som que pediu que eu recebesse os cabeças desse movimento da PEC. Para minha surpresa, eles tinham dois pedidos na pauta: primeiro, seria retirar Vossa Excelência da comissão. Eu tinha acabado de convidar Vossa Excelência. Então, eu disse a eles que isso aconteceria só se Vossa Excelência quisesse sair. E o outro assunto era para marcarmos uma audiência com o Senador Romero Jucá, para que eles pudessem também pedir ao senador que apoiasse a causa deles. Então, o que ocorreu ontem na presidência não foi nada mais do que isso. Um pedido para tirar Vossa Excelência, quando eu deixei bem claro que só se Vossa Excelência quisesse sair. Portanto, eu não sei por que fizeram toda essa onda. Não tinha necessidade disso, uma vez que não ocorreu o que saiu na imprensa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Jânio Xingu, primeiro, eu não tinha conhecimento dessa matéria. Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência, como o Deputado Jalsner falou: nós somos todos iguais. Fomos eleitos por um segmento do povo de Roraima, dentro de um percentual na eleição proporcional. Em segundo lugar, quem cobrou e fez um aparte ao discurso do Deputado Mecias, ontem, e quem falou sobre a indicação do Deputado Mecias e a indicação do Deputado Flamarion fui eu. Eu entendo que ao filho de um Deputado estadual, é lógico, seria mais fácil abrir as portas para trabalhar. Já está trabalhando para isso. Mas, a pressão de um pai num filho é muito mais forte do que um tio com um sobrinho. A pressão de um esposo é muito mais forte do que a sua pressão numa senadora. Eu estou falando em pressão política. Seria importante o Deputado Remídio fazer parte. Fui eu que puxei esse debate ontem, em aparte ao Deputado Mecias. O Deputado Remídio faz parte do PR, partindo do Ministro Alfredo Nascimento, que é presidente da Municipal aqui, que poderia e pode fazer uma pressão na bancada do PR, para que nos apoie nessa jornada. Então, quem abriu esse debate, quem puxou esse assunto, ontem, em aparte ao discurso do Deputado Mecias, fui eu. E acho que a comissão está bem estruturada, porque dá para se trabalhar. Inclusive, falei que o Deputado Mecias, ex-presidente do parlamento amazônico. O contato que ele tem com todas as bancadas da Amazônia, seria uma força de pressão, junto aos seus parlamentares, que está no Congresso Nacional para apoiar a nossa reivindicação. Não é justo que venha aqui a bancada da Amazônia pedir apoio para prorrogação da Zona Franca de Manaus, se eles não vestirem a camisa da gente, quando nós temos um assunto importante em pauta. Que a gente envolva a bancada do Amazonas, o líder do Governo, que é o ex-governador do Amazonas, Eduardo Braga, cuja bancada esteve aqui com a SUFRAMA. Vossa Excelência estava aqui na reunião, eles, pedindo apoio de Roraima, para a prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Mas, eu não vi sair nenhum apoio do Amazonas e do líder do Governo, do PMDB. O Senador Eduardo Braga defendeu uma causa do Amapá e de Roraima. Portanto, se nós temos o dever e não a obrigação de apoiar a prorrogação da Zona Franca de Manaus, eles têm a obrigação de apoiar um projeto desses, de interesse social do Estado de Roraima.

Eu quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concedeu e quero me solidarizar com Vossa Excelência sobre esse tema.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. - Obrigado, Deputado Joaquim. Dizem que Deus escreve certo por linhas tortas. Foi bom esse fato ter acontecido, porque quem estiver mentindo lá em Brasília, agora vai ter que mostrar a cara. O Deputado Luciano me disse via telefone: “Deputado Xingu, eu quero que Vossa Excelência fique nessa comissão e seja do nosso grupo”. E eu sou o pai dessa

criança, também o Senador Jucá, e nós vamos reunir todo mundo em Roraima para esclarecer os fatos. Já foi aprovado em primeiro turno com mais de 300 votos. E quem estava nos bastidores trabalhando era eu e Romero. Eu já li a matéria, agora eles vão saber quem está mentindo e quem está falando a verdade. Então, há males que vêm para o bem. O povo vai sair ganhando nessa história, e em relação a ela, agora todo mundo vai ter que sair do armário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Obrigado, Deputado Xingu. Quero somente reforçar as palavras do Presidente Chico Guerra. Quando fui acionado pelo Josias Licata e o Sindicato dos ex-policiais civis do ex-território de Roraima, solicitei da presidência e do meu presidente Chico Guerra, lá já se encontravam os professores da UERR, acompanhei o término da reunião da UERR, quando fui pego de surpresa também. E um dos pedidos na hora foi que teria que ser retirado o nome de Vossa Excelência, desta Comissão. O Deputado Mecias falou com propriedade. Em nenhum minuto aqui foi forçada a barra para que alguém entrasse na comissão, até porque a comissão, segundo o presidente, já estava formada. Mas antes disso, a matéria que está no jornal, foi da entrevista com toda a imprensa concedida por todos os associados ao lado direito. Quero reforçar as palavras do presidente, quando ele foi indagado sobre a retirada de seu nome, ele foi enfático e verdadeiro, ao dizer que tinha um Deputado Federal nas comissões, que, depois de instaurada a comissão, ele ficou. Queriam tirá-lo, mas ele não renunciou. E cabe apenas ao parlamentar, através de ofício, retirar seu nome. Questionaram a presença do Senhor Deputado Xingu, e eu falei: “o Xingu é parceiro”. Então me disseram que o senhor estava atrapalhando o serviço. Quando eu perguntei quem disse isso, eles ficaram calados. O Presidente disse que só dependeria de vossa pessoa. Então, eu quero parabenizá-lo, pelo Deputado que Vossa Excelência é. Eu tenho convicção que Vossa Excelência tem feito e fará um bom trabalho nesta comissão. Parabéns!

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. – Deputado Ivo Som, quem tem medo da guerra não conquista territórios. Eu sou um homem de posição firme. Se alguém achar que eu vou trair o Senador Romero Jucá, também vou trair o Luciano Castro e o Governador, está enganado. Eu estou com eles. É público! Eu nunca escondi isso. Eu não sou homem de esconder. Agora, eu só quero dizer que eu não vou sair. E nós vamos trabalhar.

Agora, Deputada Aurelina, eu não sou burro. A campanha está se avizinando. É política! São cinco mil servidores que vão para o quadro da União. Todo mundo quer ser o pai desse negócio. Estão querendo me tirar porque certamente eu vou defender a ideia de que é o Jucá e o Luciano. E coloca fulano que vai defender sicrano. Se pensaram nisso, deram com os burros n'água.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, eu sei que já passou o tempo. Eu não ia me manifestar, mas quando começou esse movimento, era mentira do Senador Jucá e do Deputado Luciano. Eles estavam querendo enganar o povo. Todo mundo dizia que estão enganando, estão mentindo. Isso nunca vai acontecer. Tem essa história recente. Eles eram uns mentirosos porque começaram esse movimento. Eu não quero desmerecer nenhum Deputado Federal, todos são importantes nesse processo. Mas, a gente não pode negar a história de luta desses parlamentares ao longo do tempo. Eu acredito que todos querem, devem e vão votar a favor da PEC. Quando começou, eles eram mentirosos, agora, que está chegando ao fim, não tem mais nada a ver com isso. Todo mundo acha um pai bonito para essa criança. Mas, o que me assusta são as ingerências em torno daquilo que é essência do dia a dia do parlamento, porque se tornou comum nesta Casa, comissões sem os Deputados conhecerem. Quem for participa. Matérias na ordem do dia sem se tomar conhecimento. Isso me assusta. Porque isso faz parte daquilo que os Deputados dizem que a Casa pode avaliar. Então, queria dizer que me solidarizo com você. Eu acho que as comissões têm que ser formadas, mas a Assembleia precisa ver que este é um parlamento onde 24 Deputados fazem parte. Aqui tem um regimento, um código de ética. Aqui tem uma rotina de funcionamento que diz respeito a 24 Deputados. Infelizmente, talvez o que esteja acontecendo com Vossa Excelência seja fruto da própria fragilidade do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. – Obrigado, Deputada Aurelina. Eu quero encerrar esse esclarecimento, agradecendo ao Deputado Chico Guerra e a todos os meus colegas Deputados pelas manifestações, a eles farei o que eu puder com relação a isso aí. É como eu disse há pouco, o Deputado Estadual nem atrapalha e nem ajuda. O que a gente pode fazer é ir atrás do Deputado Luciano e do Senador

Romero, aos quais eu tenho acesso. Eu fico muito feliz pela consideração que me foi manifestada pelo Senador Romero e o Deputado Luciano, que me ligou dizendo que havia acabado de ligar para o presidente da Associação, com a observação: “não se meta nisso, o Xingu é meu amigo e ele fica na comissão, e a minha relação na comissão vai ser diretamente com ele”. Quero agradecer ao Senador Romero Jucá e ao Deputado Luciano Castro pela consideração. Muito obrigado!

O Senhor Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos presentes nesta Sessão, bom-dia. Bom-dia também aos servidores desta Casa, que fazem com que essas Sessões aconteçam de maneira tranquila naquilo que for programado. Bom-dia a todos os trabalhadores da imprensa. Senhor Presidente, venho mais uma vez a esta Tribuna, já estive aqui ontem, manifestando mais uma vez minha preocupação com relação à questão das terras em Roraima, nas ampliações dos parques, nas reservas legais, que a cada dia diminuem as áreas de produção do nosso Estado. Mas, Deputado Mecias, Presidente da Comissão de Terras, além das denúncias, que são de conhecimento popular e das autoridades, do que está acontecendo no ITERAIMA, que se transformou em um balcão de venda de terras. Isso é fato, estamos aqui afirmando, inclusive, se for o caso, e alguém se sentir prejudicado, a gente abre até mão da imunidade parlamentar para afirmar nossas acusações que fizeram do ITERAIMA um verdadeiro balcão de negócios. Nós estamos juntando N denúncias, fomos para mídia, tem outra situação tão grave, quanto esse fato vergonhoso que fizeram com as terras do Estado de Roraima por meio do ITERAIMA. Deputado Chico Guerra, estive recentemente visitando a Comunidade do PA Caju, Região do Bonfim, é uma fazenda nada mais nada menos que 21 mil hectares de terras, no nome de Joares Arantes. Esse cidadão é da Força Aérea, chegou em Roraima na década de 40, colocou quatro torres numa área e a titulóu, e se apossou dessa área. Constatamos, pelos documentos que nós temos, que esse cidadão tem 104 anos de idade, esse cidadão tem essa área de terras improdutivas, onde não produz nada. Consegui uma documentação junto ao INCRA da década de 50, e hoje tem a posse dessas terras. Várias pessoas buscaram, de acordo com o processo, ocupar essas terras, e começaram a produzir. E ele começou ingressar com a ação judicial para retirar essas pessoas através do seu procurador. E está instalada essa briga na justiça. O Juiz Federal Helder Girão deu ganho de causa às pessoas que moram lá, por entender que as terras não atingiam seu fim social. Portanto, reconheceu e não lhe deu direito nem à indenização de nada no processo, ao qual se juntasse algo que provasse para ter direito pelo menos à indenização, como não tinha nada feito na terra, simplesmente as deu às pessoas que moram lá, hoje são mais de 250 famílias naquela região, enfrentando todas as dificuldades. Não se pode levar energia porque está sub judicis, não pode ter escola, estrada, mesmo assim, tanto o INCRA e ITERAIMA realizaram levantamento social e constataram que aqueles moradores enfrentam todas as dificuldades do mundo. Eles nos procuram, então fui conhecer a associação, são três entidades que representam essas pessoas. Trata-se de uma área muita extensa, cujos moradores estão ingressando na justiça, onde já deram ganho de causa para uma associação, enquanto outras duas, o INCRA, infelizmente, estabeleceu um acordo com o fazendeiro, através do seu procurador, dizendo que parte daquelas terras foram destinadas à área de assentamento, e as demais ficariam com o procurador do Senhor Joares. Esse procurador nada mais nada menos, está vendendo as terras, estão aqui os recibos, inclusive, para seus parentes, além disso as pessoas estão sendo ameaçadas, dizendo ao líder da associação que vai tirá-lo a força. O Senhor Bezerra, que mora no Km 54, já registrou ocorrência na delegacia, relatando o fato no Ministério Público, ingressou na justiça pedindo direito às terras. Ele fez questão de tirar fotos da produção de abacaxi, do galpão da associação em reunião com a comunidade. Então, me preocupa a situação dessas terras em Roraima, qual a sua finalidade? Quem está por trás disso? Até então a gente achava, assim como a comunidade dos Sonhos e Mucajai, Cojumbi, e outras regiões em conflitos de fazendeiros, grileiros com o pequeno agricultor que a seis quilômetros do Mucajai existem duas fazendas ocupadas pelos sem terras, e que o dono antigo, deve dois milhões para o BASA, sumiu, e agora está ingressando na justiça pedindo as terras de voltas, daquelas pessoas. No Cojumbim não é diferente. Agora, analisando essa situação, conclui-se que essa luta é mais uma do pequeno agricultor contra os grileiros. Recentemente, Deputado Ionilson, uma equipe da Petrobrás, do Ministério das Minas e Energia foi a essa região, onde fez uma perfuração com a profundidade de sessenta e cinco metros jorrou petróleo. Aí apareceu a turma do abafa, que cercou, monitorou por

satélite essa perfuração. Acredito que tem alguém com muito interesse por essa região, dá para entender o porquê do interesse, da luta, desse grupo político de grileiros não querer abrir mão dessas terras. Mas, a explicação é porque aqui tem petróleo no subsolo. Tramita um Projeto de Lei no Congresso que irá permitir a mineração em terras indígenas, já existe uma empresa interessada, para ser mais específico, é uma empresa ligada ao Senador Romero Jucá. Tramita também um Projeto de Lei que diz que nas terras onde encontrarem petróleo no subsolo, o dono da terra terá participação nesses recursos. Então, pedi à entidade que formalizasse um documento, já conversei com o Deputado Mecias, Presidente da Comissão de Terras, de irmos juntos e abraçarmos esta causa, vai ser uma luta do David contra Golias, e não é pelos vinte e dois mil hectares de lavrado não, porque o pequeno agricultor consegue fazer com que o lavrado produza. Estão aqui as fotos das famílias assentadas, sobrevivendo do lavrado. Portanto, não é simplesmente pelos vinte e dois mil hectares de lavrado, é algo mais, e aí, se nós não sairmos em defesa daquelas pessoas, quem vai? Estou aqui pedindo ajuda, porque percebi o tamanho da luta, e não quero enfrentá-la sozinho, não quero fugir, não quero deixar aquelas pessoas abandonadas. Então, por isso solicito a Vossa Excelência, aos membros da Comissão de Terras, a esta Casa, atenção especial à comunidade do PA-Caju, são duzentas e cinquenta famílias que estão tentando produzir.

O Senhor Deputado George Melo – Deputado Soldado Sampaio, gostaria de contribuir com sua discussão e colocar que antigamente, em Roraima, as pessoas, o Jair e todos aqueles fazendeiros antigos, tinham terras nessa proporção, mais de dez mil hectares, era muito comum. Então, até mesmo agora, a família do Dr. Helder, consultor jurídico da Assembleia, teve problema com o ITERAIMA, porque tinha mais de dez mil hectares de terras. Então, é muito comum esses produtores antigos terem muita terra. Deveríamos fazer um estudo mais profundo, porque do jeito que existem os maus fazendeiros, também existem maus produtores. É preciso ter o cuidado para não instituir a grilagem, todo mundo quer produzir, mas acho que temos que separar os bons produtores que são bem intencionados, temos que proteger os fazendeiros e temos que dar segurança para quem investe. E, sem dúvida nenhuma, este Parlamento vai ter sabedoria de separar o joio do trigo, ajudar o ITERAIMA e o INCRA a fazer esse trabalho. Mas não são todos esses modelos, existem outras situações que precisam ser estudadas com profundidade. Segundo a realidade local, os produtores sempre tiveram muita terra, e não podemos agora penalizar todos eles, tirando determinada quantidade de terra dele para dar a quem não tem, só porque ele tem muita terra. Não temos o direito de dizer para um fazendeiro com mais terra para que dê um pedaço de terra para alguém que tem menos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Fui o primeiro a vir nesta Tribuna condenar qualquer tipo de invasão por parte de aproveitadores, inclusive, tem denúncias minhas no Ministério Público, quer dizer, produtor é uma coisa, grileiro é grileiro. Agora, se a terra está atingindo seu fim social que é produzir, só temos que aplaudir, Roraima precisa de desenvolvimento, geração de emprego e renda e agricultura, é o caminho para o desenvolvimento. Por isso, apoio tanto o pequeno quanto o grande produtor, desde que faça a terra produzir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Confesso a Vossa Excelência que é preciso ter mais informações sobre essas questões: o INCRA tinha dado anteriormente a posse para esse produtor de forma regular ou de forma irregular? Se o INCRA não deu, quem deu esses vinte e poucos mil hectares? Foi o ITERAIMA ou o INCRA? Com certeza, ele não vai ganhar, porque deve ter identificado que seria um grilo, um grilo não, um gafanhoto. É porque vinte e poucos mil hectares não é mais grilagem. Então, essa questão tem que ser muito bem estudada e, graças a Deus, que a justiça federal tem conhecimento disso, e vai ser justamente ela e o Ministério Público Federal que vão proteger esses pequenos produtores, que vão reconhecer posse mansa e pacífica de quem tiver, vai reconhecer a produtividade de quem tiver produzindo, vai reconhecer que não haja litígio entre confinantes em que as terras não estejam judicializadas. Então, graças a Deus essas coisas já estão sendo cuidadas pela justiça federal. E tem mais, a regularização fundiária neste Estado, do jeito que as coisas estão hoje, só vai prestar e só vai entrar no eixo depois que a polícia federal terminar de auditar e colocar na cadeia quem tem que ser preso, aí, sim, o ITERAIMA vai valer, vai servir, a regularização fundiária vai ser uma coisa feita de acordo com a legislação e de acordo com aquilo que preconiza o ordenamento jurídico do nosso País e do nosso Estado. Pois, enquanto não houver essa depuração, vamos ficar falando isso e aquilo em clima de suspeição no Estado todo, inclusive, a maior

preocupação da Assembleia Legislativa é que haja um retrocesso nesse processo todo, e digo sem medo de errar, por incompetência do Estado, por negligência do Estado que estas coisas estão acontecendo. Por incompetência do governo, por negligência do Governo que não fez as coisas como deveria ter feito com a devida seriedade.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Deputado Ionilson, a coisa é tão grave que esse camarada está faturando nada mais nada menos que um milhão de reais por essas terras. Tenho aqui os recibos de compra e venda, que não são feitos em Roraima, são feitos nos cartórios no Sul do País. Qual a finalidade dessas terras? Infelizmente, é isso que está acontecendo no nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portela – Obrigada, Deputado, gostaria de acrescentar um detalhe à sua fala que considero bastante importante. Quando as pessoas naquela decisão já desrespeitosa e injustamente foram consideradas desintrusados da área indígena Raposa/Serra do sol, boa parte dessas pessoas foram assentadas nesse mesmo espaço ao qual o senhor se refere, e que hoje está judicializado. Detalhe, tem dez anos que essas pessoas estão lá sem ter área delimitada, trouxeram o gado e alguns plantam, o gado vai e come porque não tem cerca, eles nem podem construir porque não foi definida a área de cada um, quer dizer, é uma injustiça que começou lá e perdura até hoje. Então, por mais que esteja acontecendo todo esse desmando, ainda, acho que esta situação em relação às pessoas que saíram perdendo tudo, onde investiram uma vida de luta, e o mais importante nessa situação é resolver esta questão dos desintrusados, termo usado juridicamente que reparamos. O fato é esse. Obrigada

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Obrigada, Deputada Ângela, as pessoas da Raposa/Serra do Sol, não estão em condições de assentados, mas como ocupantes, estão tentando produzir, conversei com algumas pessoas que eram da Raposa/Serra do Sol e continua na mesma instabilidade que estavam antes na Raposa/Serra do Sol, pessoas que querem produzir, gerar renda, gerar emprego em nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurrelina Medeiros - A questão da Fazenda Caju se arrasta mais ou menos depois que as terras passaram para o Estado. A Fazenda Caju não tem 20 mil hectares, adquirida por aquele povo, tem título definido numa área de quatrocentos e poucos hectares, o certo que de título adquirido por eles talvez chegue a 1900 a 2000 hectares, o restante era posse, eles cercaram a frente daquela área toda que dava em torno de 18 a 20 mil hectares, onde nunca produziram nada. Antes da transferência, o INCRA criou em uma parte daquela área o projeto “Renascença”, onde foram assentados produtores desintrusados da Raposa/Serra do Sol. Participei algumas vezes de reunião com grupos de assentamentos, tem ali o Ceará que comanda um grupo de pessoas que começaram entrar ali e fizeram projetos de assentamentos, reconhecidos pelo Estado. O próprio camarada que é procurador, é parente desse senhor. Conversei algumas vezes com ele, ingressou na justiça com uma ação, teve apoio dos Prefeitos do Bonfim, várias vezes estivemos em reunião, a justiça do Bonfim que foi em primeira instância a entrar, deixou que os produtores permanecessem ali, porque é uma área de grilagem, não tem título definitivo, não tem ocupação produtiva. Essa questão se arrasta na justiça até hoje. A luta deles é reconhecida por todos. Agora, quem está na justiça brigando para permanecer é o bendito empresário que não teve sucesso em nenhuma das ações que ele entrou.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. É complexo, a Fazenda Caju, cuja área, eles expandiram, chegando em torno de 20 mil hectares, realmente tem parte do assentamento pelo Projeto Renascença, está funcionando, concordo com Vossa Excelência, assim como grande, tem o pequeno que não merece o crédito, que se aproveita. Agora, cabe a nós, enquanto fiscalizadores, poder público, fazer a nossa parte, saber quem quer produzir, separar o joio do trigo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Sampaio, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa e adicionar o seguinte: sabidamente duas coisas levam o homem até a delinquência e até mesmo a cometer assassinatos, ouro e terra; primeiro lugar para ouro e segundo para terra. Onde houver partilhas de terras sempre vamos encontrar ambição desmedida, falta de honestidade no homem, tentando driblar e cometer delitos de irregularidades e transgressão de lei. Precisamos ver com urgência, quero endossar o que disse o Deputado Ionilson, acrescentando que o desgoverno ao qual ele se referiu, já vem de muito tempo, porque nunca deram uma prioridade para regularização fundiária do Estado, por isso nós chegamos a essa situação. Então, acho que a Assembleia deve eleger prioridades: uma delas é tentar contribuir com o atual governo no

sentido de colocarmos no ITERAIMA um gestor com credibilidade pública, com condições necessárias para desenvolver o trabalho, não adianta colocar o melhor gestor que tiver, se não lhe der os meios e instrumentos para que possa realizar esse trabalho com transparência, informando a quem de direito, sobre seus atos para que a sociedade tenha conhecimento. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Quero registrar em poucas palavras, após a transferência das terras, o INCRA nunca cedeu documento para esse grileiro, logo após as terras passarem para o Estado, aquela gleba já pertence ao Estado para administrá-la. O grileiro começou a vender as terras; no dia 10 de janeiro de 2010, vendeu 2400 hectares por 120 mil; no dia 10 de janeiro de 2009, vendeu mais 2.497 hectares por 114 mil; 09 de dezembro, vendeu 2.300 hectares, por 85,000 mil; no dia 08 de zembro de 2009, vendeu 1300 hectares por 114 mil reais; tem outra venda de 100 mil reais, outra de 114 mil reais, ou seja, o que nós preocupa, temos recebido vários documentos, várias denúncias que esse tipo de comercialização tinha e tem o aval do ITERAIMA, ou dá para o fazendeiro, grileiro, ou reconhece as pessoas como proprietários que estão ocupando aquelas terras. É nesse sentido que estamos preocupados, fizeram do ITERAIMA um balcão de negócio, preocupados com essa sondagem de petróleo segundo as pessoas que moram lá, ouve força de estranham por trás, é que venho recorrer aos Senhores parlamentares, em especial a Comissão de Terras para acompanharmos esta questão de perto, porque senão mais uma vez será uma injustiça no nosso Estado, poucos com muitas terras e muitos sem nada. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos, amigas, em especial, imprensa de forma geral. Senhor Presidente, se fala tanto em terra, mas vai findar se enterrando. Há poucos dias, se ouviu falar nas demarcações das terras do Estado de Roraima. Ontem, assistindo ao programa da Globo, “Aspas”, e Ponto Certo da Band News, ambos deram destaques à situação das terras, e Roraima foi o alvo mais citado, inclusive, na Folha de São Paulo, G1, todos falaram sobre Roraima. Eu participei no mandato passado, justamente, da questão da apuração das reservas indígenas de Roraima. Junto com a Deputada Aurelina, dentre outros Deputados e o que mais se falava é que o Paulo Cesar, o Chico tinham muitas terras, e começaram as demarcações na época do Governo do PT, que se passou no Governo do PSDB e outros Governos, como Sarney, Itamar Franco. Por que o PT escolheu Roraima? Além da questão de terras, há riquezas em minério, ouro, cassiterita, inclusive, com imagem de Roraima, o Monte Roraima. Esta semana, a Record vai reprisar uma matéria sobre questões de demarcação do Brasil. Mas, resumindo tudo isso, só se deu em multas: FUNAI e União terão que pagar quinhentos mil reais a servidores por danos morais em Roraima. Após, as grandes demarcações que assolaram o Brasil, precisamente Roraima, por estar no extremo Norte do Brasil, foi destaque na mídia nacional, onde até arroteiro foi preso. Mas, coincidentemente se esqueceram do tempo, pois as ações continuaram e os grandes caciques de Roraima que tanto queriam defender a sociedade roraimense, por fim, não se deram conta que o Ministério do Trabalho Federal e a Procuradoria Federal, mesmo pertencendo a indicações do PT, condenaram o próprio PT a pagar indenizações milionárias. Esta é apenas uma das primeiras, porque rolam nos tribunais federais mais de 1.800 ações referente a questões de terras de Roraima. Em outra matéria a Folha de São Paulo destaca: “Após as demarcações, vejamos a situação dos indígenas de Roraima! Servidores da FUNAI dormem ao ar livre, coberto por lonas, bebendo água do rio, sem tratamento, cozinhando alimentos em fogueira, passando por muitas humilhações”. A Primeira Vara do Trabalho em Boa Vista, classificou a situação como precária e mandou todo trâmite para a Justiça Federal. De acordo com a ação civil pública, a FUNAI não tem alojamento em todas as suas bases de trabalho por todo o Estado de Roraima e, às vezes, os índios se encontram no SESAI. Através de visita, o Ministério Público do Trabalho constatou muitas irregularidades, chegaram a visitar até mesmo a capital de Boa Vista, onde índios se prostituem. O Tribunal de Justiça Federal e a AGU pediram maiores investigações. E, acima de tudo, a Primeira Vara do Trabalho, considera uma situação incompatível as pessoas viverem sem alojamentos, não terem cozinha, fazendo fogo no meio do mato, podendo causar incêndios em florestas. Enfim, esses funcionários estão à mercê da sorte. Foi isso que ocasionou estas grandes multas, e a União pediu que os órgãos de fiscalização federal se unam porque há muito o que fazer pelos indígenas que estão abandonados em Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio -

Deputado, parabênizo por trazer esse assunto à tona. Li essa matéria ontem, na Folha de São Paulo de segunda-feira. Eu estava preparando, inclusive, o pronunciamento sobre esse tema que Vossa Excelência apresentou oportunamente, até de forma antecipada ao que eu iria fazer.

Eu sou servidor da FUNASA, Deputado Ivo, conheço in loco a realidade dos servidores que são mandados para as áreas indígenas em transportes, por vezes, precários; servidores que ficam nas suas bases, quando as têm. Mas, em certas malocas não têm base nenhuma, eles ficam alojados, às vezes, na casa do tuxaua, de algum indígena que é solidário com essas equipes de saúde, que ficam lá prestando serviços, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Enfim, sem estrutura nenhuma, em condições insalubres, não tem banheiro pra tomar banho, não tem onde cozinhar. A situação é ainda mais grave para as equipes de saúde que trabalham na área Yanomami, pois, por vezes, as aeronaves que os deixam lá, me parece que trabalham quinze dias e folgam quinze, então, essa mesma aeronave não vai buscá-los, e ficam dias esperando. Essa questão vem se arrastando ao longo do tempo. A ação do Ministério Público do Trabalho foi contra a FUNAI que merece ser multada, porque, além de não cuidar adequadamente dos povos indígenas, também não oferece condições de trabalho para os profissionais que querem trabalhar nessas áreas. Eu acredito que foi uma medida dura da justiça, para ver se a FUNAI se adequa, porque a maioria trabalha em condições desumanas. Eu mesmo, como cirurgião dentista daquele órgão, já fui atender em condições totalmente precárias, para não deixar muitos indígenas desassistidos, nós nos submetíamos a fazer aqueles atendimentos em condições inadequadas. Então, espero que com essa medida da Justiça Federal contra a FUNAI, se concretize porque não é somente no Estado de Roraima que isso acontece e sim em todo Estado que tenha população indígena, Amazonas, Amapá, Mato Grosso. Então, eu acho que a partir de agora, pode ser que o Governo Federal, enfim, abra os olhos e veja que precisa oferecer condição favorável para os trabalhadores para que ele possam dar outra condição às populações indígenas. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado Ivo Som continua- Eu peço à taquigrafia que inclua o aparte do eminente Deputado Ionilson. Concedo um aparte ao eminente Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Ivo, quero lhe parabenizar pela sua avaliação com relação à questão. Quero somar mais um aspecto, a grande maioria dessas pessoas que atuam nas áreas indígenas contraíram uma doença chamada oncocercose, transmitida pelo mosquito. Essa doença leva esses funcionários ao envelhecimento precoce, causa cegueira, causa diabetes, causa inúmeros transtornos. Isso ainda vai ter desdobramentos com transtornos, muitas pessoas que estão nessa área enfrentam esse problema, e logo isso vai explodir.

O Senhor Deputado Ivo Som continua - É a falta de compromisso do Governo do PT que vem assolando, vem atropelando, o desenvolvimento de Roraima. Quinhentos mil reais foi a primeira multa das mil e oitocentas que ainda virão para a FUNAI, porque os indígenas estão jogados à Mercê das condições sub-humanas.

Ontem, procurado por alguns desintrusados, marcamos uma reunião para o próximo sábado, às 15h, na associação do Pintolândia. Muitos estão cheios de documentos, receberam a sua indenização e agora estão à mercê da sorte. A FUNAI naquela época dizia que queriam transformar, revolucionar as terras dos índios. E está aí a transformação da FUNAI, só multa que ela pega e deixa os índios abandonados, vivendo em condições desumanas. Nós vamos defender independentemente da cor da pele do cidadão, após essa reunião vou pedir uma audiência pública em atenção aos desintrusados e aos indígenas por melhores condições de sobrevivência. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia. Bom-dia, amigos presentes no Plenário. Vou deixar o tema inicial para o final do meu discurso. Apenas mudei o foco do meu discurso por causa das discussões em relação às terras. Deputado Xingu, meu nobre colega, disse que Vossa Excelência estaria no meu discurso, e realmente vai estar, porque achei interessante destacar a frase que Vossa Excelência colocou no seu discurso, e concordo com ela: “quem tem medo da guerra não conquista território”. E se tem alguém que, tenho certeza, não tem medo da guerra é o governador Anchieta junto com a primeira dama do Estado, junto com uma outra corja que tem aqui, porque eles estão conquistando muito território, inclusive, no ITERAIMA, mas a oposição vai trabalhar junto com esta Casa para que eles não conquistem mais tanto território assim não, porque assim não é conquistar, é tomar dos

outros. Em 2011, era vice-líder do Governo quando citei aqui sobre a CPI das terras o Deputado Guerra disse que devido àquelas denúncias nós deveríamos tomar alguma atitude e instalar a CPI das Terras. Quando saí daqui da Assembleia, recebi tanta ligação de gente do Governo me chamando de louco, dizendo que eu, como vice-líder do governo, estava propondo a instalação da CPI das Terras! Quando assumi aquele papel, me comprometi agir corretamente. Apresentei uma denúncia junto com fotos que mostrei aqui no Plenário, de um terreno em frente da Marina Rio Branco, onde tinha uma placa de área institucional do ITERAIMA. Hoje, um empresário, que é ligado ao governador, tem um filho que é sub-secretário de saúde, Jan Wilt, murou aquele terreno, mas a placa de área institucional do ITERAIMA, ainda, está lá dentro do terreno. Não é nem área institucional do Governo, é do ITERAIMA. Tenho as fotos da placa, conforme já disse aqui, temos que tomar uma atitude. Em 2011, também, colhi quinze assinaturas de Deputados para mudarmos, o Deputado Sampaio falou aqui em 2010 que a titularização era de 2.400 hectares e a outra era de 2.497, sabem por quê? Porque tem uma Lei Estadual que diz que até 2.500 hectares, as terras podem ser regularizadas no ITERAIMA, acima disso, tem que passar pelo Poder Legislativo. E a minha PEC, Deputado George, era para que todas as terras acima de 1.000 hectares, para regularizá-las teria que passar por aqui. Então, todo mundo que adquiriu terras, para fazer a jogadinha lá no ITERAIMA, colocou 1.200, 1.300 hectares para não passar pelo crivo da Assembleia, cada Deputado, que está aqui, conhece vicinal, conhece os Municípios, os moradores, os produtores que realmente produzem neste Estado. Então, acho que a Assembleia tem o dever de tomar uma atitude, porque senão os órgãos federais, como o Ministério Público Federal está pedindo a anulação da titularização da terra, inclusive, já se fala no cancelamento e anulação do repasse das terras, mas nós temos o poder de não deixar isso acontecer e vamos trabalhar para isso. Quero citar também no meu discurso o posicionamento do meu ex-colega de oposição, Deputado Ionilson Sampaio, pelo seu posicionamento em relação ao discurso apresentado hoje. Meu assunto inicial era somente para parabenizar a Chapa N° 1 do CRM, na pessoa do Dr. Wirlande e em nome de todos os médicos colegas nossos, que venceu mais uma vez a eleição no Conselho Regional de Medicina. Ressalto o posicionamento do Dr. Wirlande que, apesar de ser suplente do Senador Romero Jucá, na hora de suas decisões, na hora de defender a classe dos médicos, manteve seu posicionamento firme. Enfim, gostaria de parabenizar de forma irônica o Governador Anchieta, que comprova, mais uma vez, quando ele mete a mão, o candidato perde, ele se intrometeu na eleição do CRM, tentou fazer de tudo e sofreu mais uma derrota. Este é mais um aviso para 2014, se você não tivesse apoiado a Chapa N° 2 talvez o resultado da eleição do CRM também teria sido diferente. Portanto, parabenizo a classe dos médicos, desejando boa-sorte a eles, e aconselho o governador a refletir sobre suas decisões, ao invés de se preocupar em resolver o problema do Estado, fica fazendo reunião com a equipe para pedir para todos irem às ruas defender o nome dele, pois estão falando muito mal dele. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – O propósito que me traz à tribuna no dia de hoje, é abordar um tema já debatido sobre o ITERAIMA. A minha posição é sempre defender a propriedade daqueles que têm direito. Hoje, cedo fui surpreendido por matéria veiculada na folha de Boa Vista, referente ao Presidente interino que seria sabatinado na próxima terça-feira. A Comissão para sabatiná-lo seria uma outra, e não a que foi formada anteriormente, sobre a qual, questionei o Presidente da Casa que me garantiu que a informação do Jornal Folha de Boa Vista está equivocada, pois continuaria com a mesma formação, exceto se algum Deputado não quisesse fazer parte. Mas eu, na condição de Presidente, quero continuar presidindo a Comissão e sabatar o Senhor Leocádio, quero inclusive antecipar as minhas condições de voto, se possível votar, como Presidente, ou ter que dar o voto de minerva, o meu voto vai ser claro. Quero negociar o meu voto com o Presidente Leocádio, mas há quem diga que o voto dos Deputados é negociado às escuras, mas eu quero negociar o meu voto às claras. Informo com antecipação aqui o meu voto e o meu apoio para o Leocádio, que ele seja empossado de maneira definitiva na pasta, quero só que ele me responda 3 perguntas: Quero saber os nomes de quem vendeu as terras públicas do nosso Estado, por quanto foi vendida e a quem, e a responsabilidade se passa para a Polícia Federal ou para outros órgãos competentes que têm a atribuição de algar os bandidos que praticaram a ação de uma maneira ilícita e covarde. Esta é a minha única condição, seja ele qual for o Presidente, mas quero deixar claro aqui! Semana passada, o Governador retirou a mensagem por

não haver clima para o Senhor Leocádio ser Presidente do ITERAIMA, esta semana enviou uma nova mensagem. O que aconteceu? O que foi que houve que na semana passada para não ter clima para passar, não teria que ser o Leocádio, e esta semana já entendeu que deve ser Leocádio o Presidente do ITERAIMA? Essa é a confusão que existe na mente do Governador e que tira a força moral do nosso Estado, as consequências são danosas, o povo fica perplexo, o povo fica indagando o porquê das decisões tão abruptas. Em um momento a pessoa pode ser o Presidente, e em outro não. Há alguns dias, o Senhor Rodolfo Pereira foi reprovado nesta Casa para Presidir a ADERR, é um técnico competente, mas a base do Governo disse que não, não aceitou, mas já o nomeou para a FEMAGR. Será que o Doutor Rodolfo não estava preparado para a ADERR, mas está para a FEMAGR? Conversei agora com a Doutora Roserayna e o Luiz da FETAC, nós precisamos de técnicos que tenham competência e vontade de trabalhar, independente do lado partidário. Na ADERR tem o selo artesanal que há meses aguarda ser regulamentado, porém não consegue, prejudicando mais de 40 mil famílias que precisam da regulamentação dessa feira. Esses dias eu comprei doce de banana em Campos Novos fabricado no Ceará, enquanto lá se produz tanta banana.

Quero fazer um apelo à classe política do nosso Estado, um apelo verdadeiro, e não de tribuna, vamos nos unir, mesmo que seja temporariamente, vamos fazer uma coalizão política, mesmo que temporariamente, como disse o Deputado Xingú, as campanhas estão se aproximando, mas não vejo dessa forma, acho que está é distante. Mas, vamos tentar resolver a questão do ITERAIMA, que é crucial. A Deputada Aurelina foi Secretária de Agricultura, conhece as vicinais e seus problemas. O Deputado Gabriel Picanço que é do São Luiz do Anauá conhece os problemas das vicinais de lá, seus moradores precisam ter acesso a créditos. O Doutor Erci que é pesquisador da EMBRAPA, tem a Deputada Ângela, cujos pais são produtores, o Deputado Ionilson é fazendeiro, da mesma forma o nosso Presidente, enfim, todos têm uma ligação de alguma forma com a terra. E em todos os nossos pronunciamentos, falamos que a vocação do nosso Estado é agrária, que o setor produtivo precisa ser ajudado, que o homem do campo é quem tem o direito. Portanto, nós vamos trabalhar para o homem do campo se fortalecer, para em um segundo momento, nós possamos ter indústria, postos de trabalhos, onde o comércio comercialize produtos aqui industrializados, para que os recursos fiquem aqui e aqueçam a economia, para gerar os empregos necessários para atender 30 mil universitários que saem das faculdades sem ter mercado de trabalho para absorvê-los. Este é o discurso de toda a classe política do nosso Estado.

Vejam bem, se esse é o nosso discurso, se a necessidade crucial passa pelo direito à propriedade da terra, que compete ao Estado dar. A União fez a sua parte quando as transferiu, mesmo que seja de uma maneira não compensatória com as demarcações, mas nós temos 6 milhões de hectares, vamos repassar para quem é de direito. Faço um apelo à classe política, é notório, e eu já ouvi isso de Deputados da base de Governo, já ouvi de Secretário de Estado que o Governo não tem neste momento, condições morais de administrar o Instituto de Terras de Roraima. E em relação ao primeiro Secretário que foi colocado lá, o Deputado Sampaio acabou de falar que ele tem cheques comprovando que recebeu, por pagamento de milhares de hectares de terras, de pessoas que moram no Paraná. E esse secretário foi indicado pelo Governo. Colocou-se o segundo, esse segundo, estourou uma bomba tão grande mas foi abafada, só que está saindo aos poucos, e ele foi blindado, e agora é Deputado Federal. Foi obrigado o Poder Público intervir e dizer que querem providências, e as providências tomadas serão uma ação direta de inconstitucionalidade para com essa lei do Estado sobre a transferência de terra, ou se ajusta ou serão retomadas as terras. A ideia dada ao Governador foi de fazer um carimbo cancelando os títulos, mas o Governador também não tem poder para fazer isso não, não tem o poder de anular, se dentre esses 500 títulos ilegais, tiver um, de trabalhador que esteja certo, vai pagar por aquele bandido? Vai ser nulo igual os outros? Para que não ocorra isso tem que ser apurado um de cada vez! Tem que abrir processo e apurar todos esses títulos. E aí, aqueles que estiverem corretos, o título seria confirmado, os que não estiverem corretos seriam anulados, e as pessoas que deram essa titulação ilícita seriam penalizadas. Essa seria a posição correta do nosso Estado. Quero dizer que essa é a essência do meu pronunciamento. O Estado não tem recursos morais para isso! O Presidente que lá está, que é tido como o paladino da verdade, já não passou na primeira vez, foi retirado e já vai passar novamente, parece que passa. Aqui não tem acerto não, aqui nós temos que fazer o seguinte: Se a Assembleia Legislativa não quiser perder os recursos

morais, como o Governador perdeu, tem que intervir no ITERAIMA. Vamos indicar um Presidente de consenso, não quero falar em nomes, mas eu estive conversando com um especialista em direito agrário que é procurador fazendário e funcionário da PROGE, por que não pode ser ele? E por que não formar a Comissão por mim requerida? E essa Comissão acompanharia com técnicos esses processos que estão para sair os títulos definitivos expedidos, vamos passar o ITERAIMA a limpo, com as mãos da Assembleia. Vamos perder a oportunidade de participar de algo crucial para o nosso Estado! Tem pessoas que compraram 10 mil hectares, se não tomarmos as providências vamos dizer os nomes dessas pessoas, os valores, temos a documentação que é um requisito para a abertura da CPI nesta Casa que vai ser proposta pelo nosso líder e pela bancada de oposição, Deputado Sampaio. Não estou querendo fazer terrorismo, quero que as autoridades competentes tomem as providências. Mas, o poder público legislativo, no Estado é um poder que tem moral para fazer isso! Nós não podemos perder a oportunidade. As pessoas clamam nas ruas por uma atitude, então eu conclamo Vossas Excelências para, de forma urgente, fazer a coalizão política para resolver o problema do ITERAIMA. Tanto nós como a Polícia Federal, temos as procurações feitas em outros Estados, como Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, lá eram pessoas aqui do Estado com calhamação de títulos definitivos, vendendo as nossas terras, enquanto o produtor rural estava sofrendo sem estradas, sem linhas de crédito, sem qualquer apoio da classe política. E, aqui, coloco a minha mão à palmatória, porque um dos projetos como o do selo artesanal que beneficia cerca de 40 mil produtores, transformado em lei, e mais, ainda hoje não foi regulamentado. O Governo deixou passar porque não tinha como argui inconstitucionalidade, mas não regulamentou e, como consequência, o pequeno produtor sofre no campo. Quero saber, senhoras e senhores, como é que nós vamos, em 2014, pedir votos? Baseado em que, se até a terra que era votação não é mais do povo? Já serviu de moeda de troca.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Nessa linha de raciocínio, acho que todos nós comungamos. O ITERAIMA, FEMAH, ADERR, os órgãos que estão ligados à regularização fundiária, regularização ambiental, a produção, esses órgãos estão precisando de credibilidade. Os órgãos de controle de fiscalização, com certeza, querem um gesto do governo no sentido de resgatar a credibilidade desses órgãos que foi perdida. O próprio governo sabe disso. Então, é preciso resgatar essa credibilidade com atitudes, ações sérias e concretas, punir quem errou, exemplarmente. Se for servidor público, que seja aberto um processo administrativo disciplinar. Se for servidor de cargo comissionado, que se demita. É preciso que o governo entenda que esses órgãos ligados a essa questão, têm que ser despolitizados, meu caro Deputado, são órgãos que devem ter caráter técnico, onde não pode haver cabide de emprego, ali não pode ter influência política, o Governo tem que entender isso e fazer um concurso público, pois o Ministério Público Estadual, bem como, o Federal exigem, até para poderem dar validação nos títulos, pois a legislação exige que esse procedimento seja feito apenas e tão somente por agentes públicos concursados. Os títulos que o ITERAIMA emitiu, digo sem medo de errar, todos os títulos que o ITERAIMA emitiu até hoje são nulos. Primeiro, porque não cumpriu o que dizia o decreto, não foram feitos os destaques, então são nulos, porque se for exigir a certificação pelo INCRA e não foi feita, exigir a convalidação por agentes públicos, não foi feito. Então, eles são nulos, todos, sem exceção. É preciso que se corrija isso, daí, a importância do que você falou. Então, tem que ser auditado um a um, porque nesse meio não tem só título irregular, tem títulos de pessoas que os receberam de boafé, foram aos agentes financeiros e tiveram acesso ao crédito rural, a crédito de bancos oficiais, tomaram empréstimos com esses documentos que hoje, na minha análise, sub júdice. Os títulos emitidos pelo ITERAIMA, no meu entendimento, todos os que foram emitidos são nulos. Muito obrigado, Deputado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Acho que esse assunto merece tempo para o que a gente tem a falar. Mas, Deputado, eu fiquei tão surpresa quanto Vossa Excelência. Aqui se cria Comissão e se desmancha Comissão a bel-prazer ou interesse de cada um, até me assustei quando ouvi hoje. Na semana passada, eu e o líder do Governo tivemos conhecimento de uma Comissão que foi criada e uma sabatina marcada sem que os demais Deputados tivessem conhecimento, e já com data e hora certa para retirar a indicação do Governo e não aprovar. Aquilo me assustou, pois quando nós pedimos para retirar, nós estávamos também preocupados com o setor agrícola. Nós pedimos, sim, porque já era carta marcada nesta Casa, já era voto

aberto para todo mundo por interesses, que a gente até desconhece, não sei o porquê. De repente, tem outra Comissão, também. Inclusive, o próprio líder do Governo e eu, como outros vários também, estamos todos nos perguntando se esse projeto já nos foi encaminhado de novo para Casa e, de repente, já está em outra Comissão com data marcada para sabatinar. Essas coisas me preocupam, Deputados, quando Vossa Excelência pergunta: quero saber quem vendeu a quem e por quanto? Eu também. Só que não é o Presidente que está lá há uma semana, há um mês, eu não tenho aval para defender, quem vai dizer isso, é a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, que estão analisando todos os processos do ITERAIMA. E, com certeza, eles não vão ser coniventes com ninguém. Se tem alguém que sabe e pode investigar são esses órgãos de controle. Então, eles, mais que ninguém, tendo acesso a todas as informações, podem dar respostas ao que Vossa Excelência está perguntando. Eu, também, quero saber, até porque tem o poder de anular título. Qualquer ente público pode rever seus atos, se estiverem errados, aí pode anular sim os títulos que fizeram. Estão todos nulos? Eu não diria isso, até porque não sei. O que me preocupa, também, Senhor Deputado, em dizer assim que a primeira pessoa indicada que foi para o ITERAIMA, era um servidor do INCRA, que há cem anos não regulariza a situação fundiária da agricultura familiar. O Luiz sabe, que o INCRA não emite títulos definitivos. Tem projetos de assentamento aqui do PA Anauá de 1975, que, até hoje, o projeto foi desmembrado em mais 16 para não regularizar a situação da agricultura familiar de lá. Então, o primeiro a ter preocupação, aí me vem à transferência das terras, aí tem que me convalidar, certificar, eu não sei. A convalidação de títulos foi criada pelas mentes brilhantes e com interesses escusos que estavam ali dentro. Não existe lei de transferência e convalidação de título. Não existe certificação. Ainda ontem o Deputado Mecias estava lendo aqui o Decreto, onde apenas mandam retirar os destaques das glebas, não tem que transferir de novo, e esses destaques seriam feitos pelo INCRA local. Então, é muito bom que a Assembleia esteja próxima aos órgãos de controle, porque não somos especialistas nem peritos em apuração de fatos, mas eles são. Então, acho que a gente tem que estar perto deles acompanhando, para que, realmente, possamos ter uma posição. Vou parar aqui, pelo seu tempo, para não criar aqui uma discussão maior.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Deputado, acrescentando ao seu pronunciamento, quero dizer que Roraima está perdendo a oportunidade de crescer, diante de todos esses desmandos existentes no ITERAIMA, com a protelação da indicação da sabatina do Doutor Leocádio, nesta Casa. Bem disse a Deputada Aurelina que neste Poder estão acontecendo algumas coisas estranhas. Aconteceu no orçamento de 2012 para 2013, votamos de um jeito e publicaram de outro. Aconteceu agora, como no caso do IPER, foi votado aqui e o Presidente não sabe disso, que ele mandou abrir sindicância. É alguém que está querendo mandar aqui mais do que deve. Somos 24 Deputados, acho que todos temos o mesmo direito, as coisas que acontecem neste Poder têm que ser compartilhadas com todos os Deputados. Espero que aconteça logo essa sabatina para documentar logo essas terras tão esperadas por todos nós. Se não for através da agricultura, Vossa Excelência sabe muito bem, infelizmente, nós vamos ficar patinando anos e anos sem perspectivas de crescimento, porque a vocação política de Roraima é agrícola, todos sabem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Aproveito este aparte para dar esse esclarecimento. A Comissão, conforme matéria de jornal, o candidato vai ser sabatinado na terça-feira. Acho que houve um equívoco por parte dos jornalistas, pois ontem quando o Jalsler convocou, foi para sabatinar o candidato do DETRAN, na terça-feira a Comissão vai avaliar o Diretor do DETRAN, e não do ITERAIMA. Então, há um equívoco na matéria que o jornal publicou, pois essa Comissão vai analisar o Diretor do DETRAN. E, a colocação de quem fez a sugestão foi minha, dei a sugestão do carimbo para o Governador para anular, mas eu não disse para ele fazer isso sem antes fazer uma avaliação com os técnicos. Agora, em relação a todos aqueles títulos que forem suspeitos, a minha observação foi que se eu fosse o Governador eu anularia. E quem, se sentisse prejudicado que procurasse a Justiça. Na realidade, se existem esses títulos de forma irregular, bastava, para mim, que eles fossem suspeitos, porque eu teria uma equipe no ITERAIMA que verificaria in loco se o INCRA está lá ocupando a terra, se ele tem benfeitoria, pois se esse título fosse dado em cima de uma área que ele não tem benfeitoria, eu não teria dúvida nenhuma que eu o anularia, porque ele não estaria cumprindo as funções, não estaria de acordo com a lei de terras que nós aprovamos aqui. Então, todos aqueles títulos, após feito um

levantamento, se constatassem suspeitas de irregularidade, eu os anularia. Para que, quem se sentisse prejudicado, com certeza, iria procurar seus direitos, e se tivesse razão, tenho certeza, que a justiça assim o faria. Não traria, mas daria ao órgão o sentido de responsabilidade, de forma que aquelas pessoas que estão lá, de boa-fé, e feito seus títulos, estariam protegidos. Hoje são todos considerados, estão todos no mesmo balaio como se fossem bandidos, que estivessem ocupando terras dos outros, enquanto, na realidade, há pessoas que foram lá, titularam as terras de boa-fé e têm suas benfeitorias, ocupam as áreas, tanto da agricultura familiar quanto as áreas maiores no Estado. Então, foi por isso que eu disse que eu faria o levantamento, e eu sugeri ao Governador que fizesse isso aí, entendeu? Não seria para anular todos os títulos indiscriminadamente não, mas sim após um levantamento para que não colocássemos pessoas de bem com aquelas que não usaram de boa-fé em relação ao ITERAIMA.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado Célio, que a justiça seja feita, esse é o nosso desejo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, quero me comprometer, como líder da oposição, e dizer que a indicação do seu nome já foi confirmada junto ao Secretário João de Carvalho para compor a comissão que sabatinará o Secretário Leocádio. Vossa Excelência e o Deputado Mecias serão os indicados para compor a comissão. A oposição tem direito numa comissão de 05 membros, a duas vagas. Vossa Excelência está automaticamente indicado a compor juntamente com o Deputado Mecias.

Deputado Brito, junto ao Deputado Célio Wanderley, enquanto líder do governo, nós condicionamos o nosso apoio ao Secretário Leocádio, ontem em reunião da oposição, desde que o mesmo assuma o compromisso público, nesta Casa, na mídia que dará transparência na gestão do ITERAIMA e nós já estamos testando ele hoje, se essa é a vontade que ele tem anunciado. Acabamos de encaminhar um documento em cima da lei de transparência de informação, pedindo ao Secretário Leocádio todo processo de titulação feito em nome da Primeira Dama Shéridan. Temos mais de 200 procurações em mãos, Deputado Brito, do governo do Estado em fazer a devida apuração, ele pode, daqui para frente, fazer uma gestão transparente, enquanto para trás, ele não tem condições. Daí a necessidade de nós instalarmos a CPI, não para perseguir “a”, “b”, fazer palanque político, mas apurar, até para separar o joio do trigo. É que há pessoas que estão com seus títulos, pessoas que merecem de maneira legal, constituídas, já contraíram financiamento em bancos para investir nessa propriedade, podem ficar prejudicadas pela anulação geral.

Então, é caso a caso o que nós queremos apurar. Esta Casa não pode se omitir. Reafirmo mais uma vez, em nome da bancada de oposição, vosso nome para a comissão e dizer que nós estamos condicionando o nosso voto, o bloco ao apoio ao Secretário Leocádio, desde que ele se comprometa de maneira pública dizer para que veio e abrir a mala preta do ITERAIMA. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som - Agradeço a tolerância da presidência da Mesa, mas vou ser prático, pensei muito antes de falar sobre esse assunto. Falei ao Doutor Erci, por várias vezes, que iria pensar muito em tomar uma decisão, pois às vezes pode ser até uma decepção.

O Senhor iniciou o seu pronunciamento, referindo-se ao acordo, negociação, que o governo não tem condições morais para assinar, são palavras suas, e nós podemos concordar ou não. Mas, sempre digo que a oposição tem que desempenhar o seu papel. O líder do governo disse que não se pode generalizar o nome bandido a todos. O Senhor acabou de dizer que os culpados devem ser punidos. Com certeza. Olha, o meu sogro é da família Santiago do Alto Alegre, vem desde o bisavô até hoje. Sou amigo do Márcio Junqueira, parceiro, mas até hoje a nossa família aguarda liberação da emissão do título, que, graças a Deus, foi o único dos poucos processos que a Polícia Federal, quando prendeu, devolveu porque vem de herança, já vem de irmãos, há anos que eles estão ali, nasceram ali. Peguntei há pouco ao Deputado Soldado Sampaio o que falta para a criação e formação da CPI da Terras. A gente falou em acordo, negociata, e entendendo que tudo que há no governo, como problemas, fraudes... Particularmente, eu acho que não é culpa do Governador, os responsáveis têm que ser punidos, mas quanto à documentação, o Soldado Sampaio falou há pouco, que está enviando documento para o ITERAIMA, cujo Secretário terá que dar todas as informações em nome da Primeira Dama Shéridan. Quero propor a Vossa Excelência, para começarmos a fazer o dever de casa. Na entrevista de ontem falou-se que mais de três milhões de reais foram desviados da

Assembleia Legislativa de Roraima, em relação aos quais o juiz negou a penhora dos bens dos envolvidos, no entanto pediu uma nova apuração porque acharam poucos os desvios e vai continuar.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral da República e a Justiça local já estão apurando os fatos. Resumindo, quem vai dizer quem foram culpados não será o Senhor nem eu, e sim a justiça.

Então, gostaria de pedir à Vossa Excelência o apoio para que possamos acompanhar o desenrolar do grande gasto que houve aqui na Assembleia. Porque, na época, se não me engano, eram vários Deputados, inclusive eu, para apurar a construção na época e nesse contexto eu quero lhe parabenizar. Pois entendo, se teu irmão mata, não sou eu que vou ser preso. Agora se alguém erra, também, pode ser responsabilizado.

Então, se essa CPI vai andar ou não, se vai dar mais transparência, mas peço à presidência incluir o meu nome junto com o de Vossa Excelência nessa comissão, para apurar a situação das terras. Já participamos de todas as comissões e, se for o caso, nós iremos juntos com a situação, como bem disse aqui o líder do Governador: se estiverem errados é preciso punir os culpados. Quem errou tem que pagar.

Peço à presidência para eu fazer parte dessa comissão, já faço parte da PEC, vamos nos reunir daqui a pouco para começar o dever de casa e, se for preciso, para que tudo seja transparente, quem sabe não só uma CPI, mas dar transparência nos trabalhos desta Casa.

Fiquei preocupado quando a Deputada Aurelina disse que às vezes o nome da gente está numa comissão, no outro dia não está mais.

E para finalizar quero dizer que à presidência da Casa que tem o poder, determine que a presença dos Deputados não seja só no começo da sessão, mas assinada na entrada e na saída. É importante a presença de 22 Deputados desde o início da Sessão até o final pois se tiver alguma matéria para ser votada, haverá quorum.

Podem contar comigo, o Deputado Soldado Sampaio disse que vai pegar os documentos e vai apresentar claramente, pois ele fez muitas denúncias hoje, só uma pessoa vendeu mais de um milhão de terras, isso é sério. Ele informou que, após terminar a sessão, vamos nos reunir, quando mostrará de um por um os recibos. Isso com certeza é muito sério.

Diante disso quero me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua - Deputado Ivo, quanto às apurações, Vossa Excelência pede que eu também enfatize a questão dos desvios de recursos nesta Casa, Vossa Excelência falou sobre a legislatura passada.

Senhoras e Senhores Deputados, a minha preocupação é tão somente com a questão do direito à propriedade daqueles que têm realmente o direito na sua amplitude, e nós, como Parlamentares, eleitos pelo povo, devemos ao povo deste Estado o compromisso de apurar esses fatos, de ajudar a elucidá-los com transparência, usando força política que nos foi concedida pelo povo do nosso Estado. Eu quero enfatizar que Vossa Excelência nunca vai ouvir eu dizer que sou fiel ao Parlamentar A ou B. A minha fidelidade são as minhas convicções colocadas na época da campanha política. Preocupa-me quando me diz que eu sou fiel ao parlamentar A ou B, ao bloco de oposição ou ao bloco de situação. Eu sou fiel às minhas convicções, enquanto mandato eu tiver, concedido pelo povo do nosso Estado, vou interceder por eles, vou colocar a minha força política partidária para defender o direito do nosso povo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – Deputado Xingu, quanto à matéria jornalística, acredito que o jornalista se confundiu, porque aquela comissão é para tratar da sabatina do Presidente do DETRAN. Inclusive foi anunciado ontem aqui pelo Primeiro Secretário, ter informado às autoridades que vêm aqui para serem sabatinadas, que elas vêm para falar sobre o seu plano de metas da instituição que ele vai comandar, e quem tem o papel de investigar, apurar, se alguém cometeu ou deixou algum delito, é a polícia, que passa ao Ministério Público que oferece a denúncia e vai julgar se a pessoa estava errada ou não. Não podemos aqui condicionar voto ou deixar de condicionar voto no sentido de que a pessoa que vem para ser sabatinada tenha que trazer esse tipo de informação, e aí não estaremos cumprindo o nosso papel de Deputados, temos que ser responsáveis nesse sentido, sem fazer esse tipo de jogada para opinião pública, enfim, temos que ter responsabilidade. Não havendo mais orador inscrito para o Grande Expediente, vamos suspender a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 27, possa analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à

Constituição nº 03/13, que “Dá nova redação ao “Caput” do artigo 12-A e acresce os § 3º, 4º e 5º à Constituição do Estado de Roraima”.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Pede Questão de Ordem – Pergunto se tem ordem do dia.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – A pedido de vários Deputados tanto os da base, quanto da oposição, suspendo a Sessão para que, se for possível e houver entendimento quanto à discussão e deliberação no âmbito da Comissão Especial Interna, instalada para discutir a PEC, proposta ontem, teremos ordem do dia se houver quorum.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Pede pela Ordem – Acredito que se suspender a sessão para tratar de uma PEC, mesmo que ela seja de suma importância e haja boa vontade política, tanto da oposição como da situação em tramitar em regime de urgência, essa comissão poderia se reunir na parte da tarde. Esse é o nosso posicionamento, mas estamos abertos a entendimento. Agora, solicito à Vossa Excelência conceder o horário de liderança ou direito de resposta. Vossa Excelência foi infeliz, no meu ponto de vista, quando colocou que tanto eu como o Deputado Brito estamos condicionando ou negociando nosso voto. Cabe, sim, à comissão de sabatina apurar, inclusive, a conduta ilibada da pessoa indicada para assumir cargo “a” ou “b” na administração pública.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Isso é questão de ordem, Deputado? Isso não é questão de ordem, é uma questão regimental, se Vossa Excelência quiser horário de liderança pode ser concedido de acordo com o Regimento.

Está suspensa a Sessão.

Reaberta Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por reaberta a Sessão, não havendo ordem do dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Amanhã, Deputado. Já estamos no Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Nosso posicionamento é franco e claro, não estamos aqui negociando nosso voto, como muitas vezes taxam a classe política de negociar voto às escondidas, estamos condicionando o nosso voto ao Secretário Leocádio para assumir o ITERAIMA com as seguintes condições: que o mesmo se comprometa de maneira pública a dar transparência às ações durante sua gestão no ITERAIMA. Digo isso, Senhora Presidente, porque nós temos inúmeros requerimentos, inclusive, o meu, aprovado em plenário, pedindo informações do Executivo, que continua desrespeitando esta Casa. Por exemplo, eu tenho um requerimento solicitando as rotas, as placas, os nomes de todas as empresas que ganharam licitação do transporte escolar, foi no início do ano, maio ou abril, se não me engano. Tenho vários requerimentos de anos anteriores que simplesmente o Executivo os ignora, inclusive, do próprio Secretário Leocádio à frente da pasta da saúde do Estado de Roraima.

Então, é a nossa preocupação e aí cabe à comissão de sabatina, discordando do Coronel Chagas, apurar se aquela pessoa tem condições, ética moral, também cabe a essa pessoa apresentar seu plano de gestão para a pasta que está assumindo. Nós queremos, como demonstramos, e temos boa vontade dar lisuras nesse processo que está passando o ITERAIMA, no entanto, é preciso que tenha condições de trabalhar, porque o que está acontecendo lá, me parece mais uma manobra para colocar tudo debaixo do tapete. O Senhor Leocádio está disposto a fazer isso? Está disposto a retirar os 90 cargos comissionados do ITERAIMA e fazer concurso público? São respostas que esperamos, para podermos assumir o compromisso com ele. Esse é o posicionamento enquanto oposição.

Então, Senhora Presidente, fica registrado o nosso posicionamento, estamos abertos, enquanto oposição, para conversar com qualquer Presidente de entidade que venha assumir, a oposição estará aberta para condicionar seu apoio ou não. Vamos assumir um posicionamento claro, votando favorável ou não a essa pessoa. Obrigada, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhora Presidente, me causam estranheza as colocações do Deputado Soldado Sampaio, também não vejo situação de acordo com o Secretário. Não entendi isso da oposição querer fazer acordo, já deixou bem claro qual a situação dos acordos sobre a transparência das coisas. Agora, o que eu quero pedir mesmo é que, o mais rápido possível esta Casa, resolva a situação da sabatina do Diretor Presidente do DETRAN, com a Comissão, para que o Estado possa trabalhar dignamente. O Doutor Leocádio tem um grande currículo, quando se fala em Secretaria de Estado. Então, é preciso que

se resolva essa situação de uma vez para que o ITERAIMA e seu corpo de funcionários, deixem a situação do Estado de Roraima resolvida definitivamente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Presidente Aurelina, eu usei a Tribuna em nome do povo, pleiteando aqui a eficiência das minhas convicções, para que a transparência, publicidade do serviço público aconteça. Então, o Secretário que lá está, de posse das informações, ele tem sim que dar publicidade a todas essas informações com transparência. Então, se ele souber, e ele deve saber, pois aqui posso afirmar que ele sabe tudo que está ali acontecendo e também o que aconteceu. Ele tem por obrigação partir desse princípio. Não se constrói uma casa com solidez, se ela não tiver uma base também sólida. Portanto isso tem que ser ponto.

E quero dizer ao Deputado Chagas que ele aqui é Deputado Estadual tanto quanto eu, aqui o Senhor não é Coronel, não, para falar daquela maneira comigo. Não aceito, Deputado, aquilo é uma maneira que Vossa Excelência, como Coronel, fala com sua tropa lá na Polícia Militar. Aqui dentro, Vossa Excelência me respeite, tanto quanto eu o respeito. Vossa Excelência procedeu de maneira excessivamente enérgica, cortando bruscamente a minha palavra na tribuna quando eu estava concluindo, depois em fazer aqui uso como Presidente, para dizer que nós estávamos aqui propondo coisas que eram da alçada do Deputado Estadual e jamais faria isso.

O Deputado Ivo Som também fala aqui que, não é negociar, é falar. Eu quero saber quem foi quem roubou, que vendeu as terras públicas, por quanto foi, isso é uma clareza, eu não quero negociar por debaixo dos panos, eu não preciso fazer isso, eu faço é às claras, meu irmão. Eu tenho independência política e eleitoral, assim, se eu merecer voltar para esta Casa, volto. Se não merecer, não volto. Quem vai dizer é o povo, e politicamente não estou amarrado com ninguém. Obrigado Vossa Excelência, obrigado Deputados.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Eu acho que não poderia ficar silente tendo em vista que, na verdade, o Deputado Brito está invertendo a situação, pois, além de eu não ter cortado a palavra, o tempo era de 12 minutos, o Deputado Brito falou por mais de 40 minutos porque assim o permiti, e os termos usados pelo Deputado estão gravados e se encontram no setor de taquígrafia. Ele emitiu sua opinião, e eu, como parlamentar, também emitia a minha. E ele continua a afirmar: nós Deputados temos o dever de fiscalizar. Mas, quanto a esse tipo de colocação que foi feita, eu tenho opinião contrária, não é dever de quem vem ser sabatinado dizer quem é culpado, pois não é ele quem faz apuração policial, quem faz isso é o órgão policial. Quem oferece a denúncia é o Ministério Público, se alguém tem alguma informação, com certeza vai ser revelado. Agora, o cara que acabou de assumir um órgão vai vir aqui dizer que fulano fez isso, fez aquilo, se nem o Ministério Público ainda ofereceu a denúncia. Então, nesse ponto, o meu entendimento é que vivemos em regime de Estado ainda democrático e de direito. Esta é a minha opinião, e se não posso fazê-lo, porque depois o Deputado vai fazer uma inversão às conversas, aí não estaremos mais vivendo numa democracia.

Então, essa é a minha posição e a mantenho, quem vem para cá vai prestar contas do que ele vai fazer durante o exercício à frente daquela pasta, e respeito a opinião de todos aqui dentro.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu vou usar o Expediente de Explicações Pessoais, por uma questão particular, e até reforçar, Deputado Chagas, que, mesmo que uma CPI seja criada pela Assembleia e, o que ela apurar, terá que encaminhar para os órgãos de controles que fazem a denúncia e prisão, pois não temos esse poder. Mas, também vou colocar uma questão pessoal que vem ocorrendo desde maio. O pessoal do Setor de Segurança Orgânica desta Casa acompanhou um fato que estava ocorrendo envolvendo a minha pessoa. Eu tenho que dizer isso, para que outros que se sintam lesados, também, nos procurem. Tem uma pessoa dando golpe por aí, dizendo que me conhece, referindo-se a algumas vagas de empregos para serem preenchidas num escritório meu no paraviana. E, os candidatos têm que ter determinados requisitos e documentação para obter essa vaga. E essa pessoa cobra das pessoas geralmente humildes, cento e trinta e cinco reais para arrumar a documentação para entregar no meu escritório. Então, as vítimas são pessoas carentes. Já identificamos pelo menos sete pessoas que caíram nesse golpe, e, já tem uma investigação em andamento desde maio pela Segurança Orgânica desta Casa. A pessoa já foi identificada e a encaminhamos, através de ofício, para que a polícia civil que continue as investigações e tome as providências cabíveis com relação a esse caso.

Não havendo Deputado que queira usar o expediente, e mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convoco outra para o dia 08, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores

Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 08/08/13

ATAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA DIA 27 DE AGOSTO DE 2013.

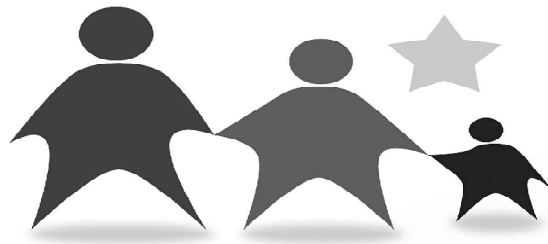
Aos vinte sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às onze horas e doze minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Flamarion Portela, Vice-Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Brito Bezerra, Coronel Chagas e Aurelina Medeiros. **Abertura:** Havendo *quorum* regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Coronel Chagas, foi

dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: Mensagem Governamental de Veto n.º 040/13,** que, “Veto parcial ao Projeto de Lei n.º 028/13, que, Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para exercício de 2014, e dá outras providências.” Relator, Deputado Jalser Renier. Devido a ausência do Senhor Relator, e em razão do prazo expirado para a relatoria do mesmo, o Senhor Presidente, diante da urgência da Matéria, designou a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, para analisar e emitir parecer à Proposição, a qual emitiu Parecer Contrário ao Veto. Não houve discussão. Submetido à votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão pelos membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e vinte minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Flamarion Portela

Vice-Presidente da Comissão.

Aprovada em: 10/09/13



ASSEMBLEIA Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.

O Programa Assembleia Cidadã foi criado para levar aos municípios de Roraima, mensalmente, serviços que a ALERR oferece à sociedade roraimense, com a finalidade de aproximar o Poder Legislativo da população.

Participam do Programa a ESCOLEGIS, CHAME, PROCON, o Centro de Apoio às Câmaras Municipais (CAC), Ouvidoria e a Corregedoria, que estarão apresentando os seus serviços.

Durante os 22 anos de sua implantação, este é o primeiro Programa que o Poder Legislativo utiliza todas suas ferramentas para uma ação conjunta nos municípios roraimenses.





ASSEMBLEIA Cidadã

LEVANDO CIDADANIA A QUEM PRECISA

APROXIMANDO O PODER LEGISLATIVO DA POPULAÇÃO.

O Programa Assembleia Cidadã foi criado para levar aos municípios de Roraima, mensalmente, serviços que a ALERR oferece à sociedade roraimense, com a finalidade de aproximar o Poder Legislativo da população.

Participam do Programa a ESCOLEGIS, CHAME, PROCON, o Centro de Apoio às Câmaras Municipais (CAC), Ouvidoria e a Corregedoria, que estarão apresentando os seus serviços.

Durante os 22 anos de sua implantação, este é o primeiro Programa que o Poder Legislativo utiliza todas suas ferramentas para uma ação conjunta nos municípios roraimenses.

